

**OLHAMOS A MESMA COISA E VEMOS COISAS DIFERENTES:
os muitos significados de uma árvore no Centro Acadêmico do Agreste.¹**

Joaquim Izidro do Nascimento Junior (UFPE / Pernambuco)

Palavras-Chave: interculturalidade indígena; indígenas do nordeste; religiosidades indígenas.

RESUMO

O trabalho pretende aprofundar os dilemas surgidos a partir de um acontecimento aparentemente trivial. Os estudantes do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Pernambuco, fazem seus rituais em torno de uma árvore de Angico, antes do começo das aulas. Em uma determinada manhã, no início do semestre 2024.2, várias peças de andaimes foram escoradas e amarradas à árvore, pelos trabalhadores terceirizados da universidade. O acontecimento desencadeou incômodos e revoltas por parte dos indígenas. Por outro lado, os trabalhadores se desculparam e justificaram suas ações pelo desconhecimento dos motivos espirituais alegados. O evento acabou tendo os seus desdobramentos em uma atividade dentro da disciplina “Dimensões da Religiosidade Indígena”, em que os estudantes indígenas ampliaram as discussões a partir do tema: olhamos a mesma coisa e vemos coisas diferentes. Os resultados, apresentados através de seminários, apontaram uma profunda reflexão de como os indígenas se percebem na universidade e como são suas relações com esses seres não-humanos: seja na compreensão das características de cada planta, seja na conexão entre os acontecimentos e seus significados, seja no diálogo com os seres encantados, seja na percepção da fauna e da flora e o comportamento de seres como formigas e pássaros. Em todas essas situações, o olhar dos indígenas demarca uma grande diferença em relação aos nossos entendimentos nos ambientes urbanos, nas relações sociais que estabelecemos e no cotidiano acadêmico. Toda essa riqueza de visões e intuições, reveladas pelos indígenas, pode ser interpretada como processos de aprendizagem que, por sua vez, podem tem o potencial de impactar os docentes do curso em suas práticas acadêmicas; bem como podem oferecer

1 Trabalho apresentado na 35a Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

possibilidades de transformação de pessoas, coisas e ambientes, a partir de uma dimensão sensível, captada pelas lentes da antropologia, como propõe o Grupo de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores terceirizados da Universidade Federal de Pernambuco, no Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru/PE), estavam trocando as lâmpadas do espaço aberto Paulo Freire. Era uma sexta-feira de novembro de 2024 e como não haviam terminado o trabalho naquele dia, resolveram deixar o material no local, para retomarem o serviço na segunda-feira. Amarraram várias peças de andaimes desmontados à uma árvore e colocaram uma fita de segurança e proteção.

Na segunda-feira os estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena chegaram cedo para organizar o ritual, que acontece antes das aulas. Ao verem as ferragens amarradas à árvore de Angico, lugar sagrado onde acontecem os rituais, ficaram incomodados. Acionam a coordenação do curso, que contatou a infraestrutura e solicitou que o material fosse retirado. Como houve demora, os indígenas decidiram fazer o ritual no cenário como estava montado.

Algumas pessoas passaram mal e, novamente, contataram a coordenação. Relataram que muitos indígenas estavam se sentindo amarrados e sufocados. Algum tempo depois, finalmente, os trabalhadores recolheram o material. Em uma conversa informal, junto à coordenação do curso, disseram que não sabiam que aquele espaço, assim como a árvore, tinha algo diferente. Queriam apenas escorar o material para facilitar o trabalho da segunda-feira. Viram na árvore robusta, uma boa escora.

Em dezembro de 2024, por ocasião do segundo Tempo Universidade, propomos a apresentação de seminários, divididos por povo, para refletir sobre a seguinte frase: olhamos a mesma coisa e vemos coisas diferentes. Numa referência clara ao episódio ocorrido e de como os indígenas olham determinados cenários e nós, não-indígenas, vemos coisas distintas. Iremos trazer os resultados dessas discussões, enfatizando suas visões e intuições enquanto processos de aprendizagem. Optamos por omitirmos os nomes dos indígenas, como maneira de preservar suas identidades.

OS SEMINÁRIOS

Os seminário aconteceram no dia 13 de dezembro de 2024. O grupo dos Pankararu² afirmou que olham a natureza como mãe. Duas indígenas narraram um acontecimento na mata, próxima à universidade. Ao fumar os seus campião³, ouviram algo relacionado a ensinamentos. Uma olhou para outra com muita surpresa. Depois, às 15h em ponto, vários pássaros passaram em um voo. Ambas sentiram uma energia muito forte e confirmaram que no mesmo horário, estava havendo rituais em sua aldeia. Elas ficaram muito agradecidas por terem o privilégio de vivenciar esse momento. As Pankararu ainda afirmaram que o não indígena trata a mata como uma coisa qualquer, diferente dos indígenas que não só olham, mas também sentem. Disseram que a natureza está dentro delas, assim como elas estão dentro da natureza e que nas matas, próximas à universidade, há muitas plantas sagradas, algumas têm uma importância muito grande para os Pankararu.

O grupo dos Xukuru de Ororubá⁴, pontuou que o não indígena, muitas vezes possui uma visão pejorativa de elementos utilizados pelos indígenas. Exemplificaram o uso do xanduré⁵, que é percebido como “cachimbo da paz”, ou seja, relacionado ao consumo da maconha. Não conseguem compreender que o ato de fumar o xanduré está relacionado com uma forma de “se isolar um pouco do mundo”, de trazer para aquele espaço, os “seus pensamentos”. Afirmaram, ainda, que a fumaça “é pra chamar os encantados ou para fazer a limpeza de quem está precisando”. Em seus depoimentos, ficou claro que há significados distantes e divergentes entre indígenas e não indígenas.

O povo Pankará⁶ trouxe o exemplo da Jurema. Um dos indígenas disse que olha para Jurema e vê algo sagrado, um portal para conexão com a espiritualidade. Disseram,

2 A Terra Indígena Pankararu, homologada em 1987, está localizada entre os atuais municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão pernambucano, próximo ao rio São Francisco. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>>

3 Espécie de cachimbo que ganha denominações diferentes. Os Pankararu chamam Campião.

4 Os Xukuru de Ororubá vivem em um território localizado na Serra do Ororubá, município de Pesqueira/PE. Ali estão distribuídos em mais de 20 aldeias. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>>

5 Outra denominação para o cachimbo.

6 Os Pankará estão na Serra do Arapuá, localizada no município de Carnaubeira da Penha, sertão do semi-árido pernambucano, na meso-região do São Francisco, pertencendo a micro-região de Itaparica. Os principais municípios são Belém do São Francisco (oeste), Carnaubeira da Penha (norte), Itacuruba (sudoeste), Floresta, Petrolândia e Tacaratu (sudeste). Outras referências importantes são a Serra Umã (noroeste) e o Rio São Francisco (sul). <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankar%C3%A1>>

também, que muita gente passa pela planta sem saber que é Jurema. No caso dos indígenas, é obvio que todos sabem do que se trata: “está em nós e vamos levar pra vida toda”, disse um deles. Uma indígena Pankará disse que eles sentem coisas que outras pessoas não tem o dom de sentir e rememorou o episódio do Angico. Disse que antes de ir para o ritual, naquela manhã de segunda-feira, sentiu que não deveria, pois lá não estava acontecendo coisas boas: “A gente chegou aqui e se deparou com a árvore presa. Alguma coisa estava impedindo da gente se sentir ali a vontade para fazer o ritual”.

Outro indígena Pankará trouxe uma reflexão interessante. Para ele, não são todos os indígenas que possuem esse olhar para a Jurema. Em sua explicação, disse que a Jurema é para todos, mas nem todos são para Jurema. Mencionou que as pessoas responsáveis pelo preparo da bebida, precisam estar preparadas espiritualmente. Segundo ele, é exatamente essa maneira de olhar que fortalece o povo e que permite transmitir uma conexão. Ainda sobre a Jurema, outro indígena Pankará narrou um acontecimento que demonstra essa forma de olhar. Ao passar pela cidade, viu um caminhão estacionado em um posto de combustível. Estava carregado de plantas. A princípio, pensou que eram algarobas, mas ao observar com mais atenção, viu que se tratava de Jurema preta. Ao se deparar com a cena, o indígena ficou em choque e pensou: “fazem isso porque não conhecem. Nosso povo não faria isso. Quando se encontra, se guarda. Ela é nossa inspiração de vida. É como se fosse uma mãe que nos cuida”. O mesmo indígena disse: “não é todo momento, nem toda hora, nem em todo lugar que a gente pode extrair a casca pra fazer a jurema (bebida)”. Ele informou, também, que há diferenças entre a Jurema localizada na mata e a que está plantada nas margens das estradas, no sentido de utilizá-la na preparação da bebida: “a jurema de beira de estrada não serve pra fazer, porque elas sugam energia ruim de quem passa. Se percebe que tem algumas murchas e outras verdes. Tem coisas que a gente sente e vê”.

O povo indígena Kapinawá⁷ reforçou a maneira específica de se olhar as paisagens serranas em seus territórios. Uma indígena disse que enquanto para muitas pessoas as serras são percebidas enquanto paisagens, ideais para o registro fotográfico, para os indígenas há detalhes que não se nota facilmente. Ela exemplificou com a existência de minas d’água, elemento que permite alcançar diversas curas: “Lá tem uma

7 As terras dos Kapinawá se estendem entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, na área de transição entre o Agreste e o Sertão de Pernambuco, no Vale do Ipanema, no sertão do Moxotó. <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kapinawa>>

mina d'água. Essa água era utilizada como cura. O gotejamento tem a ver com a união do povo. Se tiver qualquer desunião ela para de gotejar". A mesma indígena citou as pinturas rupestres, presentes em muitos lugares do território, inclusive percebidas com grande interesse por parte de arqueólogos. Para ela, as pinturas rupestres são vistas, por muitos, apenas como rabiscos. O que difere dos sentidos trazidos por ela: "Nós sabemos quem fez esses registros, quem passou por lá. Aqui é o registro dos nossos antepassados, da nossa história, das lutas de quem passou, de quem pertenceu a esse lugar antes de nós. Porque nós somos a rama nova."

Outro indígena Kapinawá trouxe a imagem da formiga carregando o seu alimento. Disse ele: "Muitos não veem a formiga como nós vemos. Se elas estiverem trabalhando lento, a chuva tarde. Se elas trabalham constantemente e rápido, sabemos que vai ter chuva próxima. Tanto elas se alimentam como se aquecem.". Em seguida, disse que alguns funcionários pensam diferente e percebem as formigas como uma praga e por isso, precisam ser mortas. Ainda sobre as formigas, o indígena Kapinawá fez uma associação entre os trabalhos coletivos dos insetos e dos indígenas:

Quando elas vão com folhas muito grandes, o vento fica levando elas para um lado e para o outro. Mas, elas não desistem. Se ela não conseguir, chegam mais outras, até conseguirem levar. A questão da coletividade. Quando tem alguma luta, mobilização, ligamos para os nossos parentes e vão chegando. Chega dez de um canto, vinte de outro, logo tem uma população de indígenas para solucionar a demanda. (Tadeu Kapinawá)

O mesmo indígena Kapinawá citou, também, a Jurema preta e apresentou uma foto da árvore. Comentou que era uma planta sagrada destinada à cura e que pode ser utilizada enquanto bebida em rituais. Disse, ainda, que a retirada da casca não é simplesmente cortar e retirar a matéria-prima, mas a ação deve ser acompanhada de cuidado e pedido de licença à própria árvore. Ele também esclareceu que ao cortar a Jurema, há um lado correto de tirar, de acordo com o sol (poente ou nascente) e de acordo com a hora. Tudo isso deve estar relacionado com o tipo de cura que será feita.

DIVAGAÇÕES SOBRE COMO INTERPRETAR OS ACONTECIMENTOS

O conceito de não humanos, de LATOUR (2013), implica que para analisarmos as ações dos humanos é preciso levar em conta a existência de não humanos, ou seja,

outros elementos mais amplos e diversos, sejam plantas, animais, objetos etc. Nesse sentido, as duas categorias (humanos e não humanos) são distintas, sendo que uma influencia a outra. É preciso saber os caminhos traçados pelos não humanos para entender como os humanos constroem os seus sentidos de vida. Desse modo, o Angico poderia estar na categoria de não humanos, se a intenção fosse a escolha dessa linha de análise antropológica, por exemplo. Mas, não tomarei esse caminho. Assim como o aprofundamento nas percepções dos próprios indígenas diante de outros seres e explorar essas relações, dentro de um pensamento filosófico ameríndio, como faz o perspectivismo de VIVEIROS DE CASTRO (2013), não seria o caminho escolhido aqui. Simplesmente porque não há essa pretensão de explicar como pensam os indígenas, ainda que seja um caminho válido, que tem sua importância.

KRENAK (2020) não faz essa distinção de humanos e não humanos. Para ele há apenas uma palavra – humanos – que engloba “uma imensidão de seres que nós excluimos desde sempre” (KRENAK, 2020, p. 9). Dessa forma, a humanidade seria um “clube exclusivo”, que consta “na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições” (Ibid., p. 10). Para Krenak, os povos originários “carregam lembranças de antes de serem configurados como humanos” (Ibid., p.52). Penso que a relação dos indígenas, de nossa Licenciatura Intercultural, com o Angico e com outros seres, por exemplo, se aproxima mais dessa convivência mútua, em que a Jurema é a mãe, os pássaros são mensageiros e a formiga é professora.

A discussão antropológica clássica entre natureza e cultura, enquanto dimensões distintas, também não cabem nesses exemplos. Antes de tudo, nos serve como um questionamento de como estabelecemos a relação dos humanos com animais e plantas, assim como faz DESCOLA (2016) a partir de vários exemplos em que natureza e cultura passam a ser uma coisa só: “Isso nos faz questionar nossa maneira de conceber a relação dos humanos com os animais e as plantas. Somos tentados a achar que essa maneira de pensar é universal, mas, evidentemente, ela não é” (DESCOLA, 2016, p. 18).

Nessa discussão antropológica, a nossa ideia de cultura está mais próxima de uma invenção (WAGNER, 2012), já que a explicação de como são os Xukuru, Kapinawá, Pankará e outros povos, passa a ser uma tentativa de inventá-los dentro de uma cultura forjada. Tudo dentro da nossa própria percepção de uma vida inventada e

fomentada no espaço teórico acadêmico. Nesse sentido, tenho dúvidas do movimento de oferecer explicações de como vivem os grupos humanos, das relações que estabelecem com os outros seres, dentro de um sentido tradicional como um inventário cultural de um povo, como propõe a antropologia. A impressão que tenho, no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, é que nós, professores, somos confrontados com maneiras diferentes de ver as coisas e isso nos faz questionar sobre a nossa tentativa teórica de explicação. Além disso, os acontecimentos possuem algum impacto na própria vida, quando há a intenção de nos conhecermos melhor e não conhecer o outro, no sentido de um trabalho etnográfico, explicativo e argumentativo, com os conceitos de uma área de conhecimento. Talvez, uma saída seja conceber a antropologia como facilitadora das palavras dos próprios indígenas, como está em KOPENAWA e ALBERT (2015). Assim, nos livrariamos do peso do constrangimento que nos causa as palavras de Davi Kopenawa: “Os brancos não sabem nada dessas coisas. Se contentam em pensar que somos mais ignorantes do que eles, apenas porque sabem fabricar máquinas, papel e gravadores!” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 201).

E o que aprendi? Assim como propõe este Grupo de Trabalho, faz sentido considerar o acontecimento do Angico como um processo de aprendizagem, ao alcance dos professores do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, já que está em jogo uma transformação de percepção. Ou seja, há mudanças que impactaram em minha visão de mundo. Passar diante de um pé de Angico ou de um pé de Jurema, nunca mais será a mesma coisa. Passarei com cuidado, tendo a certeza de que há outros seres ali, que não sou capaz de ver. Não me interessa, necessariamente, fazer um inventário das plantas e dos seres que habitam esse espaço (ou levantar dúvidas e questões sobre suas existências). O mais importante, talvez, seja saber que habitam esses espaços e que nós estamos desconectados desse pensamento. Entenderei melhor esses sentidos indígenas quando me deparar com pessoas utilizando árvores com propósitos distintos, seja como escora, como matéria-prima de móveis ou como madeira nobre. Que a convivência com os indígenas lance melhores compreensões de nossa existência.

BIBLIOGRAFIA

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas.** São Paulo: editora 34, 2016.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica.** São Paulo: Editora 34, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.